



CULTURA E EDUCAÇÃO EM ZÉ DOCA: UMA ANÁLISE SOBRE A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Maria Rita Chaves dos Santos Carvalho¹, André Carlos dos Santos Oliveira²

¹Universidade La Salle, Canoas, Brasil (miss.mariarita2021@gmail.com)

²Universidade La Salle, Canoas, Brasil

Resumo: Este estudo analisa as políticas culturais e sua influência nas escolas municipais e privadas de Zé Doca (2021-2024), bairro São Francisco. Com método quanti-qualitativo, identificou-se uma lacuna entre discurso e prática: 80% dos docentes veem incentivo insuficiente e 60% notam baixa presença cultural. Assim, a pesquisa aponta a desarticulação intersetorial e falta de verbas como entraves. Conclui-se pela urgência de tornar a escola um espaço de resistência e identidade local, conforme a BNCC.

Palavras-chave: Cultura, Políticas Públicas, Educação, Zé Doca, Inclusão Cultural

INTRODUÇÃO

A cultura é fundamentada na Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). No cenário nacional, políticas como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a Lei Aldir Blanc buscam a democratização do acesso e a preservação da diversidade cultural (Brasil, 2010; Brasil, 2020). Para Chauí (2006), a cultura não é apenas um conjunto de práticas, mas um campo de disputa simbólica que define pertencimento e cidadania. Freire (1996) reforça que a educação deve ser um ato político que reconheça os saberes locais como parte do processo de aprendizagem. Assim, a escola atua como espaço de valorização cultural, integrando saberes comunitários ao currículo, conforme propõe a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

O contexto deste trabalho foi o município de Zé Doca, no Maranhão, marcado por intensa miscigenação cultural. A pesquisa focou na realidade do bairro São Francisco entre os anos de 2021 e 2024, período em que se investigou como as políticas públicas locais enfrentam obstáculos como a falta de continuidade administrativa e a carência de infraestrutura (Barbalho e Lima, 2017). Em municípios de pequeno porte, a fragilidade dos mecanismos de transparência e a carência de recursos limitam a efetividade das ações no ambiente escolar (Marco e Terceiro, 2022).

Diante desse cenário, este trabalho teve como objetivo geral investigar a implementação e a efetividade das políticas públicas de incentivo à cultura em Zé Doca e seu impacto nas escolas municipais e particulares do bairro São Francisco.

Como objetivos específicos, buscou-se mapear as políticas implementadas, examinou-se sua aplicação prática nas instituições de ensino e avaliou-se como essas iniciativas estimularam as manifestações culturais locais.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada consistiu em um estudo de natureza quanti-qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados via plataforma Google Forms, direcionados aos professores de quatro instituições de ensino situadas no bairro São Francisco, em Zé Doca (MA): Escola Municipal José Gonçalves dos Santos, Escola Municipal Jesus de Nazaré, Escola Municipal São Francisco de Canindé e Colégio La Salle. Adicionalmente, realizou-se uma entrevista com o Secretário de Cultura do município e observações diretas nas realidades escolares. Os dados obtidos foram tabulados no software Microsoft Excel, permitindo a análise estatística descritiva e a interpretação das informações coletadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação sobre a implementação das políticas culturais em Zé Doca revelou fragilidades estruturais na aplicação de políticas públicas culturais no ambiente escolar. Conforme demonstrado na Figura 1, identificou-se que 60% dos docentes perceberam a cultura como “pouco presente” em suas instituições, enquanto 10% a consideraram totalmente ausente. Apenas uma parcela de 5% indicou que as ações culturais estavam efetivamente estruturadas e integradas ao currículo.

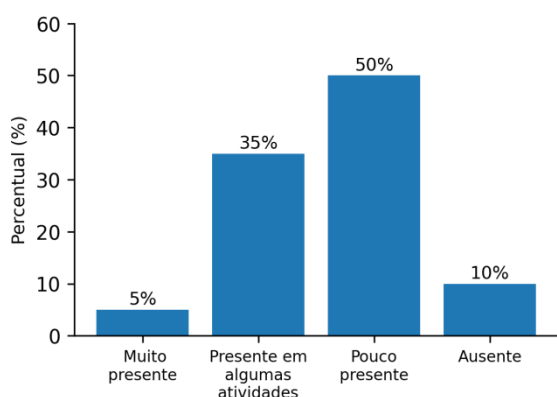


Figura 1. Percepção da presença das políticas culturais nas escolas de Zé Doca.

Esses resultados evidenciaram uma lacuna entre a formulação das políticas públicas e sua prática efetiva. A predominância de percepções negativas (60%) sugere que as iniciativas não assumiram um caráter sistemático. De acordo com Marco e Terci (2022), é recorrente em municípios de pequeno porte a existência de ações culturais fragmentadas, desprovidas de planejamento de longo prazo e dependentes da iniciativa individual. Notou-se, ainda, uma grave ausência de articulação intersetorial entre as pastas de Educação e Cultura, o que marginalizou a dimensão cultural no processo pedagógico.

Outro aspecto crucial revelado na pesquisa foi o grau de incentivo institucional às práticas culturais, conforme ilustrado na Figura 2. Metade dos professores (50%) considerou o incentivo “muito baixo”, enquanto 30% reconheceram que existiam apenas algumas iniciativas isoladas. Apenas 10% dos docentes avaliaram que havia um incentivo estruturado e efetivo, e outros 10% afirmaram não possuir elementos para avaliar a questão.

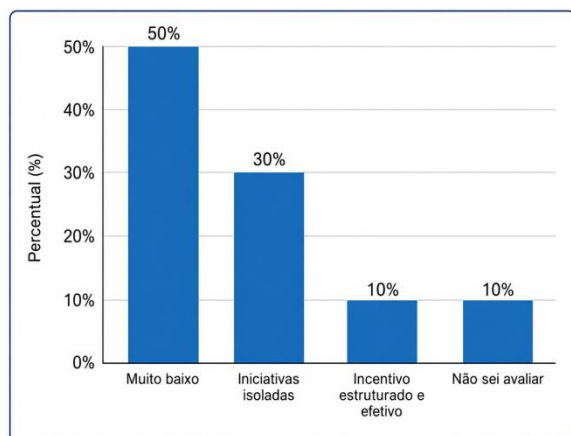


Figura 2. Avaliação docente sobre o incentivo às práticas culturais nas instituições.

Os relatos dos docentes confirmaram esse diagnóstico ao mencionarem a falta de materiais

pedagógicos e a inexistência de uma proposta curricular que incorporasse a cultura de maneira transversal. Segundo Lima et al. (2020), a carência de recursos financeiros e a insuficiência de formação específica para professores constituem barreiras centrais para a efetividade dessas políticas.

Do ponto de vista pedagógico, essa negligência compromete a construção da identidade comunitária. Conforme estabelece a BNCC (Brasil, 2018), a cultura é elemento estruturante para o desenvolvimento de competências socioemocionais e valorização da diversidade. A invisibilização das manifestações locais em prol de conteúdos universalistas contraria as diretrizes de educação integral defendidas por Freire (1996) e Canclini (2008), que concebem a cultura como ferramenta de emancipação social e reconhecimento da pluralidade.

CONCLUSÃO

A investigação permitiu concluir que, embora tenham sido identificados registros pontuais de atividades culturais no município de Zé Doca entre 2021 e 2024, não se configurou a existência de uma política pública consolidada e articulada nas escolas do bairro São Francisco. A pesquisa revelou uma expressiva lacuna entre o discurso das políticas públicas e sua materialização pedagógica, evidenciando que 80% dos docentes perceberam o incentivo institucional como insuficiente ou inexistente.

Identificou-se que os principais entraves para a efetividade dessas ações foram a desarticulação intersetorial entre as pastas de Educação e Cultura, a carência de recursos financeiros e a descontinuidade administrativa, fatores que limitam a cultura a eventos esporádicos e superficiais. Conforme sugerem os fundamentos da BNCC (Brasil, 2018), é urgente que a gestão municipal promova o planejamento participativo e a formação continuada de professores, tornando a escola um espaço efetivo de resistência, memória e valorização da identidade local.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, que nos permitiu desenvolver esta pesquisa. Expressamos nossa gratidão às direções e aos professores das escolas municipais José Gonçalves dos Santos, Jesus de Nazaré e São Francisco de Canindé, bem como ao Colégio La Salle Zé Doca, pela valiosa colaboração na etapa de coleta de dados. Por fim, agradecemos à Secretaria de Cultura de Zé Doca pela disponibilidade e pelas informações fornecidas, as quais foram essenciais para a compreensão do cenário das políticas públicas locais.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. G.; CARVALHO, I. M. M. de. O Projeto Axé: relato de uma experiência. Cad. CRH, v. 23, p. 76-97, 1995.
- ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Vozes, Petrópolis, 2013..
- BARBALHO, A.; LIMA, C. Políticas culturais no Brasil: trajetórias e desafios. Edições UFC, Fortaleza, 2017..
- BARROS, C. S. et al. A experiência do projeto Escola Verde: educação socioambiental em um município do Ceará. Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea), v. 19, p. 367–383, 2024.
- BEZERRA FILHO, J. E. Contabilidade Aplicada ao Setor Público-Abordagem simples e objetiva. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 220, p. 90-90, 2016.
- BRANDÃO, C. R. A educação como cultura. Mercado de Letras, Campinas, 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). MEC, Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.
- CALABRE, L.; VAL, A. P. do. Desafios contemporâneos para as políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo. Estudos Avançados, v. 38, p. 335–354, 2024.
- CANCLINI, N. G. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Edusp, São Paulo, 2008.
- CHAUÍ, M. Cultura e democracia. Cortez, São Paulo, 2006.
- DI MARCO, C. A. F. e TERCI, E. T. Transparência municipal e controle social: a visão dos observatórios sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. Interações, v. 23, p. 313-330, 2022.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.
- GOMES, N. L. Educação e diversidade cultural. Autêntica, Belo Horizonte, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC). IBGE, Rio de Janeiro, 2021.
- LIMA, L. L. et al. Planejamento governamental nos municípios brasileiros: em direção a uma agenda de pesquisa. Cad. EBAPE.BR, v. 18, 2020.
- MARCONATO, M.; PARRÉ, J. L.; COELHO, M. H. DINÂMICA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, v. 55, p. 378-394, 2021.
- OLIVEIRA, G. C. de; SANTOS, R. dos. O CAPITAL CULTURAL NA EDUCAÇÃO: uma análise sobre o desempenho escolar. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, v. 4, p. 230–248, 2017.
- SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Artmed, Porto Alegre, 2000.
- SOUSA, A. M. S. et al. A escola como palco da valorização da cultura nordestina: apresentações parafolclóricas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), v. 5, p. 1-12, 2018.